

INSTITUTO FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
CAMPUS ITAPINA

SHEILA MOREIRA DA ROCHA MAGGIONE

**CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR DO ENSINO COMUM
CONSIDERANDO OS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

COLATINA
2021

SHEILA MOREIRA DA ROCHA MAGGIONE

**CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR DO ENSINO COMUM
CONSIDERANDO OS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Josiane Beltrame Milanesi

COLATINA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

(Biblioteca do Campus Itapina)

M193c Maggione, Sheila Moreira da Rocha .

Condições de trabalho do professor do ensino comum considerando os alunos público-alvo da educação especial / Sheila Moreira da Rocha Maggione. - 2021.
63 f. : il.

Orientador: Josiane Beltrame Milanesi

TCC (Graduação) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Itapina, Licenciatura em Pedagogia, 2021.

1. Educação Especial. 2. Professor. 3. Trabalho docente. 4. Condições de trabalho. I. Milanesi, Josiane Beltrame . II. Título III. Instituto Federal do Espírito Santo.

CDD: 371.9

Bibliotecário/a: Débora do Carmo de Souza CRB6-ES nº 031

FOLHA DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS ITAPINA
Rodovia BR-259, Km 70, Zona Rural, Colatina, CEP 29709-910
Tel (27) 3723-1221 Fax (27) 3723-1244

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO


Licenciatura em Pedagogia

Autora: Sheila Moreira da Rocha Maggione

Orientadora: Profª Drª Josiane Beltrame Milanesi

Aprovada pela Banca Examinadora como parte das exigências do componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia pelo Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus Itapina*.


Profª Drª Josiane Beltrame Milanesi
Presidente


Profª Drª Flávia Nascimento Ribeiro
Membro interno


Profª MsC Kátia Silena Zorthea
Membro interno

Colatina (ES), 21 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, que cumpre suas promessas, que me concedeu a oportunidade de caminhar por trilhas onde jamais imaginei passar e chegar até o final. Deus, com sua sabedoria, me guiou nas decisões a serem tomadas, me concedeu saúde, força e disposição para cursar a Licenciatura em Pedagogia e construir esse Trabalho de Conclusão Final. Sem a presença de Deus em minha vida, nada disso seria possível.

À minha família que sempre esteve comigo, me apoiando nos momentos em que precisava de foco na minha jornada. Ao meu esposo pela paciência, carinho e incentivo nas crises de ansiedade por achar que não conseguiria chegar até o presente momento, ouvindo minhas lamentações que não foram poucas.

Aos professores, especialmente a minha orientadora professora Josiane Beltrame Milanesi, que com suas palavras de incentivo, dedicação, competência, otimismo e orgulho, não me deixou desistir da faculdade e, principalmente, desse trabalho de conclusão. Rogo a Deus todos os dias, para que ele continue abençoando a vida de cada professor, que de uma forma ou outra, contribuíram para a realização do meu curso.

Como não agradecer aos meus amigos fieis e companheiros de sala, alguns em especial que trilhamos uma longa rota, que posso chamar de lealdade e muito compromisso.

Apenas uma palavra define tudo que consegui com meus estudos: “gratidão” ... e agradeço a todos mais uma vez, que contribuíram imensamente para minha formação acadêmica e crescimento pessoal para que enfim, fosse apresentado o final do meu trabalho nesse curso.

Obrigada a todos!

RESUMO

A Educação Básica requer do professor uma postura de total empenho sobre as atividades desenvolvidas no ambiente escolar e, através dessa dedicação, obter resultados sempre positivos quanto ao conhecimento adquirido pelo aluno, e mais ainda, quando esse acompanhamento é realizado com os alunos Público-alvo da Educação Especial (PAEE). A reflexão aqui apresentada será sobre as condições de trabalho em que os professores regentes de sala de aula têm vivenciado em relação ao acompanhamento dos referidos alunos, a organização das adequações devidas para atendê-los e questões voltadas a harmonia necessária para que o trabalho docente realizado tenha retorno positivo do aluno. O objetivo geral foi investigar e refletir sobre as condições de trabalho do professor nas escolas, em relação ao trabalho desenvolvido junto aos alunos PAEE. A partir desse propósito, os objetivos específicos foram: identificar fatores que correspondem risco de saúde mental e física do docente, o que prejudica seu trabalho e afeta o desenvolvimento do ensino/aprendizado dos alunos PAEE. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Utilizou-se de entrevista semiestruturada para coleta de dados da qual participou quatro professoras da Educação Básica de Baixo Guandu – ES. Com a pesquisa realizada, os resultados reforçaram as dúvidas sobre uma perspectiva positiva da relação entre as condições de trabalho e os avanços que se esperam de uma boa qualidade no ensino dos alunos aqui em questão.

Palavras-chave: Educação Especial. Professor. Trabalho docente. Condições de trabalho.

ABSTRACT

Basic Education requires from the teacher a posture of total commitment on the activities developed in the school environment and through this dedication to obtain always positive results regarding the knowledge acquired by the student, and even more so, when this service is being provided to the students of PAEE (public- target of Special Education). The reflection presented here will be on the working conditions in which the classroom teachers have faced in terms of specialized attendance, the organization of the appropriate adjustments to serve the students of PAEE and that the teacher may be in harmony with his teaching work at the time. perform specific care for these individuals. The goal is to present the educator's vision in the face of various obstacles related to infrastructure, appropriate materials and even training on how to meet these Special Education students. Identify the aspects that contribute to poor attendance in the school environment, conduct a bibliographic research in order to question how these teaching work conditions are being treated, since inclusion has been highlighting a large number of individuals and the constitution establishes that it is a right of the student to be inserted in Basic Education. With the reading done I noticed that the results of the study reinforce the doubts about a positive perspective of the relationship between the working conditions and the advances that are expected of a good quality in the teaching of these students.

Keywords: Special Education. Teacher. Teaching work. Working conditions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro 1- Perfil das Entrevistadas	38
---	----

LISTA DE SIGLAS

ACT - Análise Coletiva de Trabalho

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ANAMT - Associação Nacional de Medicina do Trabalho

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONAE - Confederação Nacional de Educação

CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPM - Distúrbios Psíquicos Menores

EAD - Educação a Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

MBI - Maslach Burnout Inventory

MEC - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEE - Público-alvo da Educação Especial

PME - Plano Municipal de Educação

PNEE/EI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SNPEE - Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial

SRM - Sala de Recursos Multifuncionais

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICB - Centro Universitário Castelo Branco

UNIPAC - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

UNIUBE - Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
3 DOCÊNCIA, FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	26
3.1 O PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	26
3.2 - ROTINA DOCENTE CONSIDERANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR COM ALUNOS PAEE.....	30
3.3 - FATORES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA O MAL DESEMPENHO PROFISSIONAL	32
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
4.1 BAIXO GUANDU - BREVE HISTÓRICO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .	35
4.2 INSTRUMENTO UTILIZADO	36
4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	37
4.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	39
5 DISCUSSÃO DOS DADOS.....	42
5.1 - EIXO 1 - ATUAÇÃO E ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	42
5.2 - EIXO 2 - FORMACAO E EDUCAÇÃO ESPECIAL	46
5.3 - EIXO 3 - CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E APOIO OFERECIDO	47
5.4 - EIXO 4 - SAÚDE MENTAL E FÍSICA	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A - ENTREVISTA PARA PROFESSORES	59
APÊNDICE B - CARTA DE APRESENTAÇÃO	60
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	61

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve a intenção de realizar uma reflexão sobre as condições de trabalho dos professores do ensino comum considerando os alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) presentes nas salas de aula. Em meio aos avanços presenciados no que se refere a Educação Especial nos últimos tempos, nota-se que a inclusão social é um assunto/área a ser questionado. Portanto, a inserção de alunos PAEE deve ser debatida, considerando suas singularidades, uma vez que segundo os princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) “[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (p. 01), sendo assim, ao ser inserido em uma instituição escolar, o indivíduo tem o direito de ser acolhido e ter condições favoráveis de aprendizagem considerando suas especificidades, assim. A escola deve proporcionar um ensino capaz de possibilitar aos educandos desenvolvimento máximo observando suas características individuais.

Durante o estágio acadêmico enquanto aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia, notou-se que muitos impasses eram enfrentados pelos alunos com necessidades específicas, dentre eles a falta da frequência ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), a garantia do planejamento de atividades considerando as necessidades de adaptações, convivência em ambiente com infraestrutura inadequada, apoio de outros atores sem a devida capacitação para que pudessem auxiliar nas atividades em sala de aula respeitando as condições dos alunos, dentre outras questões.

Cabe também destacar os desafios que os professores encontravam na rotina diária para atuar com o referido público. Um desses desafios era devido a quantidade excessiva de alunos nas salas, o que desencadeava um estado de estresse para o professor, considerou-se haver falta de condições compreendidas como necessárias para trabalhar com os alunos PAEE ou algumas escolas ofereciam salas amplas, porém, com pouco material para

desenvolver atividades que pudessem colaborar para um melhor trabalho junto aos alunos.

Com a realização de leituras de estudos que vão ao encontro da presente temática, compreendeu-se que a real situação da escola era que os professores eram responsáveis pelo total desenvolvimento dos alunos PAEE, considerando a inserção desses na sociedade como cidadãos capazes de assumir responsabilidades por seus atos. Alguns professores, consideraram que muitas responsabilidades podem acarretar uma tarefa a mais na rotina de trabalho e sobrecarregar suas funções. De todo modo, destaca-se que se considera a escola como local capaz de oferecer educação com direitos iguais a todos indivíduos, sendo um espaço de incentivo e de valorização de diferentes atividades pedagógicas, levando os alunos a prática social com interações entre os docentes e que não traga riscos de desigualdades para os alunos, respeitando a cultura e a diversidade de cada um, o que a torna um lugar mais expressivo e humano.

Tendo em vista que a profissão docente é essencial para a formação de todos os cidadãos, um dos motivos que influenciou questionar sobre as condições de trabalho docente, foi compreender se as consequências de possíveis más condições de trabalho podem interferir no suporte necessário para a inclusão de alunos PAEE nas escolas. Dentre essas condições, podemos citar fatores físicos e ambientais, tais como: temperatura, ventilação, iluminação, ruído, falta de recursos didáticos, ausência da oferta de formação continuada, dentre outros.

Considera-se que boas condições de trabalho favorecem o alcance de um resultado positivo no desenvolvimento dos estudantes, sendo assim, **o objetivo principal da pesquisa foi investigar e refletir sobre as condições de trabalho do professor nas escolas, em relação ao trabalho desenvolvido junto aos alunos PAEE.** A partir desse propósito, os objetivos específicos foram: identificar fatores que correspondem risco de saúde mental e física do docente, o que prejudica seu trabalho e afeta o desenvolvimento do ensino/aprendizado dos alunos PAEE.

Como ponto de partida, o presente trabalho contou com uma revisão de literatura com busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além da leitura de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A coleta de dados foi realizada com professores de uma rede municipal de ensino.

Concorda-se que uma boa prática educativa requer não apenas profissional qualificado para atuar em sala de aula, mas um conjunto de elementos que possam envolver: projetos com atividades que possibilitem o desenvolvimento e interesse dos alunos, capacitação, colaboração de outros profissionais, além de demais fatores que contribuem para que a inclusão dos indivíduos PAEE aconteça nas escolas de forma que atenda as particularidades deles.

Incluir o indivíduo em uma instituição escolar não se trata somente em matricular e deixar que os profissionais desenvolvam atividades de modo independente, ou seja, utilizando métodos individuais. Nota-se que por parte de diversos profissionais da educação há dúvidas de como alcançar um objetivo educacional satisfatório para o público aqui em questão. Considera-se ainda que os caminhos a serem trilhados para o encontro de respostas não deveriam ser de incumbência única e exclusiva do professor, mas também da organização de setores públicos para que fossem desenvolvidos meios que pudessem oferecer um lugar adequado de trabalho para os profissionais.

Sant'Ana (2017) compreende que o espaço onde está inserido o educador interfere no bem-estar em relação a sua saúde, diante disso, com o auxílio de outros autores, o autor afirma que o local de trabalho deve ser um lugar que ofereça garantias de satisfação ao profissional em exercício. Estar inserido em uma instituição que não proporciona comodidade, muitas vezes eleva sinais de desconforto causando irritabilidade, cansaço, falta de motivação de prosseguir na docência ou que a continuidade na mesma tenha resultados negativos podendo acarretar, até mesmo, numa má relação com a família de alunos, contribuindo para desencadeamento de sentimentos, como estresse elevado, gerando outros aspectos nocivos à saúde mental do trabalhador e provocando estado de esgotamento físico.

Após terem sido esclarecidos algumas informações da presente pesquisa, informa-se que os próximos capítulos estão organizados da seguinte forma:

O segundo capítulo traz a revisão de literatura apresentando estudos já realizados que dissertaram sobre as dificuldades e problemas enfrentados por docentes e as consequências que esses levaram aos profissionais no setor de trabalho e também na vida pessoal.

O capítulo III apresenta uma reflexão acerca da contribuição de Paulo Freire que colabora sobre o trabalho docente e como a busca por conhecimentos podem ajudar nessa trajetória de ensinar e aprender.

No capítulo IV foi descrita a metodologia utilizada para coleta de dados que fundamentou o trabalho, incluindo local e instrumentos de coleta de dados.

Por fim, o capítulo V apresenta os resultados e o capítulo VI as considerações finais dissertando sobre o assunto abordado e entendimento do trabalho aqui apresentado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Visando aprofundar o conhecimento sobre as condições de trabalho de professores regentes do ensino comum, considerando a atuação com alunos PAEE, a presente revisão de literatura apresenta trabalhos já realizados que vão ao encontro da temática aqui em questão e quais foram os resultados alcançados pelos mesmos.

Com o referido objetivo, foi realizada uma busca por trabalhos publicados na BDTD. Para o levantamento dos estudos, foram utilizados os seguintes termos: trabalho docente, Educação Especial, saúde mental, saúde física, Ensino Fundamental, Ensino Médio, inclusão escolar, professor de apoio, ensino colaborativo, política educacional e indicadores de Burnout. Após levantamento dos estudos que se aproximavam da intenção aqui colocada, foi realizada primeiramente a leitura dos títulos e resumos. Deste modo, compreendeu-se que seria necessária a leitura aprofundada de três dissertações, sendo uma apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, a outra apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos e, a outra, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Ainda foram encontradas três teses, sendo duas apresentadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos e a outra ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Notou-se que as pesquisas encontradas apresentaram fatos já vivenciados por profissionais que relataram sobre suas dificuldades e as consequências físicas e psicológicas apresentadas durante o tempo de serviço docente, por terem que continuar a exercer suas funções sem as devidas condições apropriadas, afetando o desenvolvimento das atividades desenvolvidas considerando os alunos PAEE. A partir dessas informações serão apresentadas as pesquisas que constatarem a veracidade dos fatos aqui apresentados.

A pesquisa de Borges (2016) foi desenvolvida com oito professores regentes do ensino regular e dois professores do AEE atuantes na cidade de São Luís – MA e teve como objetivo principal analisar como os professores do ensino regular e professores do AEE estavam viabilizando o processo de inclusão de alunos com deficiência visual (cegueira e baixa visão) no Ensino Médio. O autor apresentou dificuldades encontradas pelos profissionais em desenvolver estratégias que atendessem os alunos, o que remete a uma reflexão sobre a formação do professor e a necessidade em fortalecer a capacitação de profissionais para favorecer o trabalho com esses indivíduos.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada de forma que os envolvidos pudessem expor os desafios que enfrentavam para lecionar. Os resultados mostraram que a formação continuada de professores regentes era inadequada para acompanhamento dos alunos, além da falta de materiais apropriados para desenvolverem atividades como o Sistema Braille, não deixando de ressaltar sobre a falta de diálogo entre os profissionais envolvidos no desenvolvimento de atividades que atendessem a necessidade dos alunos. Também foi citado que o número excessivo de alunos inseridos na sala de aula não proporcionava um atendimento individualizado adequado, sendo assim, o professor encontrava dificuldade em executar as tarefas de maneira que os alunos pudessem desenvolver o aprendizado necessário para sua formação, ou seja, o processo de ensino /aprendizagem não condizia com a realidade dos alunos.

Cruz (2011) discorreu em seu trabalho sobre o direito a educação e a permanência dos alunos PAEE nas escolas estaduais, através de documentos fornecidos pelo censo escolar do estado de São Paulo. A autora também apresentou uma discussão sobre o excesso de trabalho que o professor sofre em atendimento aos alunos PAEE, o que possibilita desencadear fragilidades na saúde do docente por não obter condições de trabalho adequadas para execução das atividades. Seu objetivo principal foi fazer uma análise sobre o aspecto da escolarização de alunos com deficiência matriculados nas Salas de

Recursos Multifuncionais (SRM)¹, como os serviços pedagógicos estavam sendo oferecidos e se esses serviços estavam de fato sendo desenvolvidos de acordo com as normas recomendadas pelo Ministério da Educação (MEC) que busca garantir o direito à Educação Especial direcionando suas ações segundo pressupostos de organismos internacionais, principalmente as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A pesquisa teve como base uma abordagem qualitativa, tendo como sujeitos seis professores regentes de salas de aula do Ensino Médio e três professores da SRM, todos de uma escola estadual localizada na cidade de Ribeirão Preto - SP, sendo estruturada por meio de grupo focal. A entrevista teve participação professoras que descreveram a formação acadêmica, vínculo empregatício na rede estadual e municipal e se queixaram de terem que exercer suas atividades mesmo fragilizadas, principalmente quando o professor tinha que fazer manobras para atender os indivíduos PAEE, e que devido ao esforço mais elevado em relação a esses alunos, acabavam desenvolvendo maiores problemas de esgotamento físico e mental.

Ao longo do trabalho a autora dissertou sobre algumas leis que defendem os direitos dos servidores, além das pesquisas realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o que contribuiu para reforçar ainda mais a expectativa em orientar sobre os possíveis problemas da profissão docente. Segundo Cruz (2011) é necessário que haja uma atenção especial ao papel desenvolvido pelos professores e, neste processo, seu bem-estar físico, psíquico e social, ou seja, o estado de saúde deste trabalhador.

Acerca do estado de saúde, alguns professores entrevistados descreveram suas inquietações diante da correria diária e a necessidade em aumentar seus conhecimentos por meio de formação continuada, com objetivo de desenvolver práticas pedagógicas que atendam o PAEE, as consequências em conciliar o

¹ As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do AEE.

tempo de regência e a formação continuada, sobrecarrega o docente, o que não contribui para um bom resultado do trabalho. O referido trabalho concluiu que a legislação reconhece a educação como direito de todos, porém ainda há discussões que devem ser reavaliadas considerando uma reflexão sobre os desafios na escolarização, possibilitando habilidade de uma boa prática pedagógica, garantindo aos profissionais da educação condições satisfatórias para colaborar com a transformação pessoal/social dos alunos envolvidos.

Diante dos princípios em trabalhar com indivíduos com necessidades específicas, Schreiber (2012) possibilitou uma reflexão sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI), que tem por objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Com base nessa política a autora teve como objetivo compreender a organização do trabalho do docente que atua com alunos PAEE em salas de aula comum, apreender as determinações políticas que permeiam sobre fatores recorrentes da rotina diária considerando indivíduos que requerem maiores adaptações para atendimento as suas necessidades, tais como planejamento, atividades, materiais/equipamentos, projetos, recursos pedagógicos entre outros aspectos relevante ao acompanhamento.

A pesquisa ocorreu em três escolas da cidade de Florianópolis - SC tendo sido desenvolvida em quatro salas de aula do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental e contou com a participação de quatro professores regentes e quatro auxiliares de ensino² da Educação Especial. A autora utilizou quatro procedimentos metodológicos: análise documental, observação, entrevistas e balanço da produção acadêmica considerando trabalhos publicados no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPED), da Scientific Electronic

² “O auxiliar de ensino de Educação Especial pode exercer a função de auxiliar volante, ou seja, acompanhar mais de um aluno com deficiência ou transtorno do espectro autista matriculado em classes diferentes. A partir desses dados é possível inferir que, para ser contratado como auxiliar de ensino de Educação Especial, o candidato ao cargo não precisa ter necessariamente conhecimentos sobre a área da Educação Especial, basta ser professor ou estar cursando uma licenciatura (....)” (SCHREIBER, 2012, p. 108).

Library Online (SciELO) e do Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial (SNPEE). Também foram utilizados documentos estaduais e municipais da cidade de Florianópolis sobre a inclusão escolar dos alunos aqui em questão.

Para a referida pesquisa, a autora não estabeleceu regras que restringissem a participação dos auxiliares de ensino em responder o questionário. Com base em outros autores, a pesquisadora considerou positiva a presença de estagiários ou professores de apoio para acompanhar e, assim, dividir as tarefas com o professor regente. O resultado da pesquisa apontou que a PNEE-EI, a partir da análise das atribuições dos profissionais da Educação Especial, considerando o trabalho na classe comum com os alunos da modalidade Educação Especial, se restringe à disponibilização de cuidados pessoais e provimento de recursos pedagógicos e de acessibilidade, ou seja, não há uma proposição política que tenha por objetivo oferecer a esses sujeitos o ensino dos conteúdos acadêmicos, estando voltada a disponibilizar serviços e apoio para professores que atuam diretamente nas salas de AEE.

Conforme Schreiber (2012), a referente política, ao mesmo tempo em que objetiva matricular os alunos PAEE nas classes comuns, não se propõem a refletir sobre o trabalho realizado nesse lugar pelo professor regente. O estudo concluiu que as políticas públicas da Educação Especial defendem e oferecem aos alunos PAEE o direito a matrícula no ensino regular, mas desvaloriza o trabalho docente quando não oferece ao profissional condições de trabalho que proporcionem desenvolver atendimento adequado e necessário para esses alunos.

Silva (2009) estudou sobre a saúde dos professores e como as condições de trabalho influenciavam no quadro de estresse nessa classe profissional. O projeto foi desenvolvido com professores do Ensino Fundamental na cidade de Bauru – SP, sendo realizado em salas de aula com três tipos de público. O local de observação foram salas de aula com inserção de alunos com Necessidades

Educacionais Especiais (NEE)³, alunos sem NEE e, por último, alunos que frequentavam a Sala de Recursos. A partir das considerações feitas pelos participantes, Silva (2009) apresentou os problemas de saúde desenvolvidos em relação aos aspectos físicos e emocionais. Sendo assim, o autor enfatizou sobre as consequências adversas em que o estado físico e mental dos docentes pode ocasionar no mal desenvolvimento do ensino/aprendizado dos alunos PAEE. Para a coleta de dados, foram divididos três grupos docentes, tendo ficado da seguinte forma: 20 professoras que atuavam com alunos sem NEE, 20 professores que atuavam com alunos com NEE e 20 professores que atuam em salas de recursos. Para exemplificar e dar continuidade no objetivo da pesquisa, o autor fez uma discussão sobre a quantidade de alunos atendidos pelos professores e refletiu que, o número excessivo de alunos em sala de aula permite evidenciar um dos fatos que contemplam o objetivo acima citado, ou seja, refletir sobre as condições de trabalho oferecidas ao educador e como a falta de organização pedagógica, infraestrutura inadequada e outras situações adversas, refletem no nível de adoecimento do mesmo.

Para a coleta de dados utilizou um questionário elaborado e estruturado de forma que os envolvidos se dispuseram a relatar sobre a formação profissional, o tempo de serviço como docente, tempo de serviço de atuação com alunos PAEE, condições de trabalho durante o período de docência e se tais condições afetavam o estado físico e mental. A partir das respostas obtidas Silva (2009) destacou alguns pontos que contribuíam para o afastamento do trabalho dos professores e como poderia colaborar para estar resolvendo essa questão. Sendo assim, umas das hipóteses levantadas, foi se o excesso de alunos atendidos nas escolas municipais de Ensino Fundamental, poderiam afetar de forma negativa o aprendizado dos alunos, uma vez que o professor poderia não conseguir desenvolver atividades que atendessem todos os indivíduos em sala de aula. O segundo instrumento de coleta de dados foi baseado no Maslach Burnout Inventory (MBI)⁴ utilizado para avaliar a Síndrome de Burnout, buscando

³ Nomenclatura utilizada pelo autor do texto.

⁴ O Inventário de **Burnout** de **Maslach** (MBI) foi projetado para avaliar a Síndrome de **Burnout** em trabalhadores. A análise fatorial identifica três fatores correlatos à três dimensões originalmente identificadas pelo inventário: exaustão emocional, despersonalização e realização profissional.

compreender o comportamento dos professores entrevistados, classificando as informações coletadas quanto ao estado de saúde mental do profissional, tais como: despersonalização, exaustão emocional e baixa autoestima.

Os resultados obtidos foram apresentados em forma de tabela e estruturados de maneira que cada grupo de professores tivessem uma opinião formada sobre o ambiente de trabalho. O método utilizado através da tabela contribuiu para que se firmasse a informação relativa as más condições em que se encontravam os ambientes de trabalho nas salas de aula, além de relatar como estavam sendo oferecidas as formações continuadas dos professores, para que fossem desenvolvidas atividades que atendessem os indivíduos com NEE, dentre outros fatores que levassem a desvalorização pessoal e exaustão emocional. O estudo concluiu que os fatores apresentados em relação a inserção de alunos com NEE em sala de aula não resultou de total adoecimento dos professores regentes, mas não descartou possibilidades de apresentarem consequências que agravam o quadro de saúde mental dos mesmos.

Padilha (2012) fez uma reflexão sobre as condições de trabalho dos professores da Educação Especial da rede estadual de ensino da cidade de São Paulo – SP. A pesquisa teve como objetivo investigar o trabalho docente, observando como eram as atividades desenvolvidas com alunos PAEE e como se encontrava o ambiente de trabalho analisando a relação entre o docente e o discente durante o período em que o aluno estivesse na sala de AEE. A metodologia utilizada foi baseada em uma abordagem dialética que, para a autora, permite desvelar, analisar e refletir sobre as realidades sociais, levando-se em conta reflexões sociais com sua individualidade atravessada por múltiplas determinações em condicionantes históricos diversos. Portanto, a autora adotou como procedimento metodológico a Análise Coletiva de Trabalho (ACT), com a finalidade de ouvir relatos sobre a real atuação. A pesquisa também coletou informações sobre as condições de trabalho docente em sites de busca como a BDTD, SCIELO e no site das principais organizações que representam a categoria dos professores, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). O levantamento dos dados evidenciou

sobre as inquietações em que tenha afetado a saúde dos professores, o que está relacionado ao mal estar, estresse emocional, comprometimento das cordas vocais e Síndrome de Burnout.

A segunda fase apresentou os participantes e esclareceu sobre o sigilo da identidade de cada um, seguindo através da conversa os detalhes sobre o trabalho dos mesmos. A autora explorou os participantes pedindo que eles relatassem sobre o dia a dia, como se organizavam desde a hora que levantavam até o fim do dia, envolvendo questões pertinentes a vida profissional e, até mesmo, seus afazeres particulares, dessa forma o diálogo fazia com que os sujeitos da pesquisa pudessem interagir entre si, com trocas de experiências vividas no trabalho docente. Assim, Padilha intensificou a pesquisa com os sujeitos de forma que os relatos sobre a rotina, pudessem formalizar o eixo que compôs as ideias centrais da pesquisa, relatando a visão que cada um teria sobre as reais condições de trabalho nos ambientes escolares de atuação.

A leitura realizada sobre as ideias centrais do projeto de Padilha (2012), trouxe uma importante reflexão para a contribuição na pesquisa aqui apresentada, de forma que os participantes interagiam nas discussões sobre a desvalorização do trabalho dos regentes de sala de aula com alunos PAEE, o comprometimento a saúde física e psíquica, baixos salários, jornada de trabalho extensa, transporte (considerando que a locomoção entre uma escola e outra foi um ponto discutido), plano de carreira (pois segundo os integrantes da pesquisa não teriam estabilidade devido à falta de concursos públicos que contribuíssem para que pudessem estar locados e mais seguros no local de trabalho) além de não terem uma formação inicial e continuada em Educação Especial que auxiliasse a compreender sobre os alunos PAEE inseridos em sala de aula.

A princípio, para pesquisa de Padilha (2012), 47 professores de Educação Especial, tendo finalizado o estudo apenas com seis participantes voluntários. Durante a leitura do projeto a autora frisou inúmeras vezes a palavra trabalho, o que chamou atenção, pois ao analisar e refletir sobre a profissão docente observou-se que em todas as formas o trabalho sempre vinha sobrecarregado de mais trabalho, que há um adoecimento originário de preocupações em não

dar conta de atender seu público-alvo. Portanto, a autora revelou um grande poder de desenvolvimento de ideologias defensivas no trabalho dos professores fazendo com que encontrassem meios em lidar com a insegurança e a angústia por não serem reconhecidos e recompensados financeiramente, o que muitas vezes acaba gerando insatisfações no trabalho.

A tese de Tsyganok (2015) teve como objetivo compreender como professoras regentes desenvolviam as atividades em uma sala regular do Ensino Fundamental com alunos PAEE e apreender, através das narrativas das mesmas, como resolviam os problemas do cotidiano. Por meio de relato, as profissionais envolvidas, duas professoras de escolas públicas de Vitória – ES, explicaram que enfrentavam desafios tais como: dificuldades em planejar junto com um profissional, seja estagiário ou até mesmo com os professores do AEE, falta de recursos pedagógicos que acompanhassem a necessidade individual dos alunos e que, assim, pudessem ser atendidos de forma adequada. As docentes entrevistadas relataram precisar de apoio com o planejamento das atividades, e que todos os envolvidos na gestão pedagógica da escola as auxiliassem com os discentes.

Eu não consigo me adaptar, por exemplo, a coisas que eu vejo que não estão contribuindo para a vida do aluno. Por exemplo, o aluno Marcílio, que tem doze anos, é surdo e deficiente intelectual, está na minha sala de aula. Comecei a correr atrás do pedagogo e falei: eu preciso de um intérprete para me ajudar! Fui atrás de um curso de Libras, tem dois anos que ando atrás desse curso; tem que ter um intérprete, é direito do aluno. O pedagogo disse que aqui não era lugar para ele, que era em outra escola que recebia os alunos surdos. Conversei com a diretora, e ela disse que tem uma escola mais adequada e específica, mas a família não quer colocá-lo lá. Eu falei: esse menino precisa dessa escola, que é ao lado da casa dele. A diretora falou: Não, mas nós já falamos que ele vai para lá (Diário de Campo – TSYGANOK, 2015, p. 27).

Ao analisar a fala da professora, pode-se notar sua insatisfação em atuar com condições contrárias de trabalho, sem que houvesse companheirismo de seus colegas, que pudessem junto à regente se organizarem para dar continuidade as atividades desenvolvidas. O processo de ensino/aprendizagem desses indivíduos dependia, segundo a autora, de diálogo para planejar as aulas com docentes da SRM ou com os estagiários, o que acabava comprometendo o

suporte necessário para que os alunos pudessem acompanhar o desenvolvimento das aulas com a turma.

Tsyganok (2015), ao analisar as diversas falas das participantes, conclui que com as narrativas demonstraram a realidade e os desafios enfrentados por elas.

Pontuar que uma experiência-formativa junto-com docentes que atuam na sala de aula regular, envolvidos em espaços-tempos de educação especial, precisa constituir-se em processo reflexivo e crítico sobre o próprio trabalho, um desafio no sentido de construção permanente da identidade pessoal e profissional, que busca práticas educativas capazes de pensar-sentir as experiências próprias e de outros educadores (p. 153).

Encerra-se aqui a apresentação dos estudos levantados com a revisão de literatura. Entretanto, nas leituras para aprofundamento do tema, encontrou-se o TCC de Sant'Ana (2017) que estudou sobre a saúde do professor e as condições de trabalho oferecidas pela instituição de ensino. Os dados foram coletados através de questionários e entrevistas nas escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, localizadas em Cruz das Almas – BA. Foi destacada a conjuntura da educação atualmente e como o cenário pode afetar o estado de saúde do educador. Dentre os objetivos, o autor investigou possíveis distúrbios na saúde mental dos docentes, se havia interferência na capacidade desses professores desenvolverem suas atividades e quais os fatores que contribuíam para o adoecimento dos mesmos.

Foi estabelecido que os entrevistados fossem professores e que estivessem em pleno exercício de atividade. Participou do estudo um total de 23 docentes que atuavam em quatro escolas da rede estadual de ensino. O estudo trouxe contribuições com histórias reais de relações pessoais/profissionais que os docentes vinham enfrentando diante da carreira. Com a pesquisa foi concluído que o modelo educacional desenvolvido torna a vida do professor complexa, podendo desenvolver distúrbios nocivos a saúde, o que contribui para um desenvolvimento com menos qualidade dos alunos.

Com o propósito em colaborar com os profissionais participantes, Sant'Ana (2017) após o término de sua pesquisa, forneceu aos integrantes do estudo e

também as escolas pertencentes ao município, exemplares impressos contendo esclarecimentos da pesquisa realizada com a intenção de que este material se tornasse um instrumento de referência para as autoridades, destacando que as reflexões fossem levadas em consideração a ponto de rever as condições de trabalho.

Alguns dos trabalhos aqui citados divergem da intenção do presente estudo que visou compreender somente sobre as condições de trabalho dos professores do ensino comum considerando o Ensino Fundamental. Foram apresentados estudos que trataram do adoecimento dos professores também do Ensino Médio, o que colaborou para refletir sobre as consequências que esses docentes também enfrentam. Foi possível notar que boas condições de trabalho tanto para professores do Ensino Fundamental, quanto para professores do Ensino Médio, sempre colaboram para melhores resultados na vida profissional docente.

A partir das pesquisas apresentadas observa-se que a saúde física e mental dos professores fica comprometida na medida que são desafiados a trabalharem em más condições e precarização com a necessidade de atender os alunos PAEE sem condições adequadas, uma vez que o propósito de inclusão não é responsabilidade somente dos profissionais da Educação Especial, a parceria entre a escola, professores do ensino comum e professores do AEE são fundamentais para realização de um trabalho colaborativo a fim de atender as necessidades educacionais dos alunos.

Mediante a revisão de literatura realizada, foi possível observar que as salas de aula do ensino comum têm recebido alunos PAEE, e que as condições de trabalho oferecidas para o profissional não colaboram para o desenvolvimento de um bom trabalho, o que pode ocasionar transtornos a saúde dos professores, refletindo em dados negativos no ensino e aprendizado dos sujeitos. No decorrer das leituras realizadas, observou-se que na maioria dos relatos, a queixa era com maior ênfase em relação ao número excessivo de alunos e que a rotina das atividades em sala de aula demonstrou inúmeras dificuldades.

As trajetórias que visam ensinar e aprender requerem do profissional um estado físico e mental bem desenvolvido de forma que não interfira no processo de ensino e aprendizagem do educando. É fundamental que haja avanços em relação as reflexões sobre a profissão docente, pois o nível de exaustão emocional é crescente e cabe indagar se os transtornos acarretados no período de regência em sala de aula com alunos PAEE são realmente por necessidade em adequar as mudanças na realidade educacional ou se estaria ligada as características dos alunos.

3 DOCÊNCIA, FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1 O PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Segundo Freire (1995):

[...] quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar e aprender, participamos de uma experiência total diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e a seriedade (p. 24).

A partir de tal colocação, compreende-se ser exigida uma prática reflexiva, pois não trata apenas de ensinar, o educador que busca conhecimento pode observar a realidade do indivíduo e participar junto a ele da cultura e costumes da comunidade onde está inserido, o que favorece a orientação de trabalhar a capacidade de compreensão do sujeito, seu crescimento do ser participativo, que reconhece seus direitos e seus deveres como cidadão consciente e relaciona-se no meio social da comunidade. Para Freire (1995, p. 14), o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade e sua submissão.

A sociedade passa constantemente por transformações e, dentre essas transformações, o professor precisa buscar por informações que refletem de maneira positiva em sua formação e, deste modo, em relação ao assunto aqui em questão, encontrar meios que possibilitem planejamento adequado com atividades ou conteúdos que atendam a necessidade pedagógica dos alunos PAEE. O educador precisa de meios que possibilitem a busca por melhores condições em alcançar os objetivos propostos por mudanças no acompanhamento em sala de aula. “O professor que não leve a sério sua formação, que não estuda, não se esforça para estar à altura de sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe” (FREIRE, 2010. p. 92).

Freire (1997, p. 35) afirma:

[...] é urgente que o magistério brasileiro seja tratado com dignidade para que possa a sociedade esperar dele que atue com eficácia e exija tal atuação. Seríamos, porém, ingênuos se descartássemos a necessidade da luta política. A necessidade de esclarecer a opinião pública sobre a situação do magistério em todo o país. A necessidade de comparar os salários de diferentes profissionais e a disparidade entre eles. É bem verdade que a educação não é a alavanca da transformação social, mas sem ela essa transformação não se dá.

Dentre essas mudanças podemos mencionar a inserção de pessoas com necessidades específicas nas escolas. A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988, p. 95), em seu Art. 208, prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “[...] atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. De acordo com o que a Constituição defende, sobre o direito dos alunos em frequentar uma escola de educação comum, devemos levar em consideração e refletir sobre o trabalho dos profissionais da educação, esses que tem por direito exercer suas funções em ambiente que tenha estrutura adequada, assegurando seu bem-estar físico e mental, a fim de contribuir no processo pedagógico e atender de forma positiva e organizada.

A escolha por uma profissão não deve estar relacionada ao simples fato de querer desenvolver o trabalho por questões financeiras. Qualquer que seja a profissão escolhida, deve ser pensado os prós e contras da mesma, pois os desafios aparecem em diversas ocasiões. O que se pretende expor neste capítulo, se refere à docência como profissão, e qual sua importância no processo de ensino/aprendizagem para contribuição da formação humana. De acordo com Freire (1980, p. 40) “Ninguém luta contra forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discernem”.

Refletindo, Freire (1996, p. 7) afirma que “De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças. Diante da informação, faz-se uma reflexão da profissão docente como ato de muita dedicação, que leva a indagar sobre como esses profissionais estão de fato exercendo sua função e se os espaços oferecidos para o desenvolvimento do trabalho estão adequados para realizarem um bom acompanhamento ao PAEE.

Segundo Freire, (1996, p. 19) o professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega como falsa a fórmula farisaica do “faça o que mando e não o que faço”. Assim sendo, é necessário que o educador atente para colaborar no processo de ensino/aprendizagem do aluno, de maneira particular se esse indivíduo tiver alguma especificidade, em que o planejamento das atividades, atenda todos os alunos de acordo com suas dificuldades.

O educador atua como protagonista essencial no desenvolvimento educativo da vida social dos alunos dentro de uma instituição escolar, o que remete ao posicionamento da escola como mediadora nesse processo de ensino do aluno, onde o educador precisa estar preparado para diversidade que compõe a escola e que sua escolha reflita de forma a abrir-se ao “novo”. Sendo assim, o profissional busca por perspectivas que contribuem para formação do indivíduo sem que ele apenas passe pela instituição escolar e, nesse sentido, concorda-se com Freire (1996, p. 47) ao afirmar que “[...] o professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe”.

Segundo Honneth (2013, p. 18), com o surgimento da perspectiva inclusiva na Educação Especial, ao adentrar em uma instituição escolar com intenção de lecionar, o docente já encara os desafios que a Educação Especial traz com inúmeras diversidades de personalidades que fazem parte da rotina da sala de aula. Considerando a afirmação da autora, para que se estabeleça um acompanhamento direcionado dentro de sala de aula aos alunos PAEE, o educador deve buscar conhecimentos necessários e específicos a fim de desenvolver um bom desempenho profissional e, a partir das informações adquiridas e/ou acumuladas, reforçar seus conhecimentos visando assegurar ao aluno e sua família seu potencial como educador. Desejando um relacionamento saudável entre educador/educando e a família, Freire (1996, p. 16) destaca que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-
fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo
buscando, repercurando. Ensino porque busco, porque indaguei,

porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

A pesquisa traz a necessidade de conhecer o aluno, não negando o direito em pesquisar sobre o processo de vida desses indivíduos, e de suas práticas escolares, não para que se possa rotular esses sujeitos em sala de aula, mas para que o educador possa superar as condições que são apresentadas para trabalhar com esse aluno e refletir meio que possa aproveitar em trabalhar sua prática pedagógica com as condições de trabalho que lhe são oferecidas.

O docente que já se encontra no mercado de trabalho dentro de uma instituição de ensino, deve empenhar em progredir seus conhecimentos levando em consideração que o fortalecimento de seu aprendizado se dá através de cursos de especialização em formação continuada, e esses cursos serão de suporte para o acompanhamento aos alunos PAEE. Desse modo, as Secretarias de Educação têm a responsabilidade de ofertar formação para os professores regentes com a intenção e auxiliar também a gestão escolar. Os conhecimentos adquiridos pelo educador regente contribuem e têm um resultado positivo em parceria com o profissional da sala de AEE, o que os leva analisar meios que fortaleçam o desenvolvimento nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Freire (1993, p. 37) colabora ao destacar que:

A melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. É pensando sua prática, naturalmente com a presença de pessoal altamente qualificado, que é possível perceber embutida na prática uma teoria não percebida ainda, pouco percebida ou já percebida, mas pouco assumida.

A partir da discussão sobre a formação ou especialização dos professores regentes de sala de aula, notou-se durante a leitura para a elaboração da revisão de literatura do presente estudo, alguns pontos que se destacaram com mais frequência na reflexão dos autores. Um ponto que chamou atenção refere-se ao fato dos profissionais da educação, principalmente os professores regentes, terem o dever em buscar orientações que favoreçam seu desenvolvimento em sala de aula com PAEE. No contexto em oferecer ao indivíduo uma educação

que abrange suas necessidades especiais, a Lei 9394/96 (BRASIL, 1996) prevê que:

Art. 59. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Para Freire (1995) faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. É necessário que em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma como professor enquanto pesquisador. Partindo das palavras de Freire, concluímos a relevância em sempre estar atento aos desafios encontrados em sala de aula, os alunos estão em constante mudança, sendo assim o olhar para buscar o novo e aprender contribui favoravelmente no processo do conhecimento prévio da realidade vivida na sala de aula.

3.2 - ROTINA DOCENTE CONSIDERANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR COM ALUNOS PAEE

Ao analisar o contexto da educação tem-se observado alguns desafios em relação a rotina de trabalho dos profissionais da educação, visto que alguns se queixam em ser uma das classes de trabalhadores pouco valorizada, à medida que muitos alunos que estão sendo matriculados demandam de atenção cada vez maior, impactando no rendimento do trabalho. Entre as matrículas realizadas, observa-se que a inclusão de indivíduos com NEE⁵ nas instituições escolares tem se tornado frequente. A sociedade, de modo assertivo, cobra do profissional da educação uma posição quanto a educação adequada a todos os alunos, porém as políticas públicas de educação não garantem, na prática, um auxílio efetivo para que o profissional consiga alcançar as expectativas e que proponha métodos e técnicas que desenvolvam melhores condições de trabalho.

⁵ A expressão NEE, de acordo com Unesco (1994, p.3), “[...] o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência(s)”.

Observa-se ainda hoje obstáculos para que a inclusão do PAEE seja de fato garantida com todos os direitos preservados. Une-se a isto o fato de professores sofrerem descasos em relação a sua categoria profissional. Tais fatos favorecem para que a saúde física e mental dos docentes se torne precária, podendo levar a problemas ainda mais perigosos e que não favorecem com a evolução do aluno em sala de aula. Sendo assim, observa-se que o trabalho docente precisa de apoio em diversas áreas para melhor atender o PAEE.

A profissão docente requer uma didática bem elaborada e objetiva a ponto de exigir do professor não somente que prepare e forme cidadãos. Nos últimos tempos, o professor tem se tornado instrumento mediador de problemas nas demandas que estão relacionadas as mudanças de ordem social, política e cultural. Tendo em vista esse percurso, o professor precisa de ferramentas adequadas para desenvolver um trabalho docente capaz de suprir as necessidades que a sociedade exige. Machado (2011) afirma que:

[...] a aquisição de competência para a gestão inclusiva só poderá ser adquirida por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva, pois a educação inclusiva é o resultado do comprometimento com a educação de todos os alunos e de toda a escola. É preciso uma escola toda para desenvolver um projeto de educação inclusiva (p. 52).

Capellini e Tezani (2011) afirmam que “[...] o estabelecimento de objetivos, a solução de problemas, os planos de ação e sua execução, o acompanhamento e a avaliação são responsabilidades de todos”. Sendo assim, ao analisar o trabalho docente, observa-se que a tarefa não é fácil, devendo haver projetos que tenham a interação de todos e, que juntos, possam apoiar os professores regentes contando ainda com a parceria de Secretarias de Educação, família e comunidade. Deste modo, acredita-se que melhorias nas condições de trabalho docente possam ser vislumbradas.

Alguns pontos negativos como a falta de apoio, pode vir a desvalorizar o trabalho do educador, apresentando um contexto desfavorável em seu desempenho profissional, além de possíveis impactos negativos em sua saúde, o que muitas vezes interfere na educação dos alunos PAEE. Para Meira (2009) uma vez

presente os sintomas de stress, haverá prejuízo intelectual, afetivo e social. Com base em alguns estudos, muito se tem falado sobre a falta de tempo para planejamento pedagógico e que não teria como o professor desenvolver planos para atender vários alunos ao mesmo tempo, as atividades da sala de aula muitas vezes ficam somente para os alunos que conseguem realmente desenvolver o que o currículo exige nas disciplinas. O que se observa então é que os planejamentos para os alunos PAEE podem não ser executados na íntegra, deixando que os indivíduos fiquem com tempo ocioso em sala de aula.

3.3 - FATORES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA O MAL DESEMPENHO PROFISSIONAL

A educação tem sofrido inúmeras mudanças e com elas metodologias devem ser desenvolvidas para que seja possível acompanhar os avanços realizados. Segundo Mendes (2015), tais mudanças têm tornado o trabalho docente mais complexo, sobretudo com novas atribuições que lhes são impostas e, conseqüentemente, agravando as condições do exercício do mesmo.

O site da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) publicou uma matéria, em novembro de 2015⁶, contando que a profissão docente está relacionada entre as 10 categorias profissionais que vem sofrendo depressão devido ao excesso de trabalho. Levando em consideração os dados da pesquisa, o profissional da educação quando lotado em mais de uma escola a fim de cumprir carga horária que lhe forneça condições salariais mais satisfatórias, com números excessivos de alunos PAEE e sem devido apoio em sala de aula, acarreta que em alguns casos traz prejuízos mentais e físicos. Segundo Freitas e Cruz (2008) são chamados Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), as doenças osteomusculares, distúrbios da voz e a Síndrome de Burnout, os quais estão intimamente ligados à ansiedade, insônia, irritabilidade, estresse e insatisfação com a profissão docente, que por sua vez desencadeia diversas doenças que

⁶ Associação Nacional de Medicina do Trabalho. As 10 carreiras que mais causam depressão. Disponível em: <<https://www.anamt.org.br/portal/2015/11/18/as-10-carreiras-que-mais-causam-depressao/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

comprometem o desenvolvimento profissional, afetando a rotina dos indivíduos integrantes das instituições escolares.

Com base no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, os profissionais ficam muito sobrecarregados e recebem cobranças por parte da família, quando os filhos não desenvolvem habilidades suficientes que atenda suas expectativas. Para além dessas considerações, os professores também são considerados responsáveis em cumprir a Lei n. 13.005 (BRASIL, 2014) que consiste em “[...] fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas” e para que essas metas sejam alcançadas o docente precisa de estabilidade e estrutura adequada para planejar atividades didáticas pedagógicas e funções que despertem interesse e aprendizagem nos alunos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo exhibe o enfoque metodológico do estudo aqui em questão. Primeiramente, apresenta-se a opção metodológica e, em seguida, o local de investigação, as fontes de dados da pesquisa, a descrição das participantes⁷, os procedimentos para a coleta de dados e análise dos mesmos.

Propondo produzir novos conhecimentos sobre um campo científico, a metodologia torna-se relevante a fim de alcançar as finalidades propostas e apresentar respostas que contribuem para observação da realidade social em que determinados indivíduos estão envolvidos. Diante disso, Gil (2008) afirma que o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científico.

Para a realização do estudo foi escolhida a abordagem qualitativa que tem em seu bojo a preocupação em conhecer a realidade a partir da voz dos sujeitos envolvidos. De acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (2001, p. 14).

Deste modo, concorda-se que:

Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Considerando todos os pontos de vista como importantes, este tipo de pesquisa "ilumina", esclarece o dinamismo interno das situações, frequentemente invisível para observadores externos (GODOY, 1995, p. 63).

Considerando a intenção colocada no presente estudo, compreende-se que a pesquisa de natureza qualitativa foi a mais adequada.

⁷ Utilizou-se no presente texto o artigo feminino para se referir as participantes da pesquisa por serem todas mulheres.

4.1 BAIXO GUANDU - BREVE HISTÓRICO SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A presente pesquisa foi realizada na cidade de Baixo Guandu, situada na região noroeste do Estado do Espírito Santo, possuindo aproximadamente uma área de 917,888 km², sendo compreendida com perímetro urbano de 8,1 km², com um total de 31.794 habitantes (IBGE, 2018). A cidade teve grandes avanços quanto ao crescimento sócio econômico desde seu surgimento como distrito. Tendo sido criado pela Lei nº1045 de 10 de abril de 1915, o distrito de Baixo Guandu era subordinado ao município de Colatina, tendo sido emancipado em 1935, composto apenas como Distrito/Sede. Baixo Guandu possui população bem diversificada com imigrantes oriundos de vários países da Europa, sua chegada teve início entre os séculos XIX e XX.

Ao pesquisar sobre a cidade de Baixo Guandu, tentou-se apresentar os dados mais atualizados possíveis, porém, algumas referências apresentadas retratavam variações ao último ano de atualização, portanto pode haver diferenças de um ou dois anos na data de um dado para outro. Com a finalidade em contextualizar o *lócus da* pesquisa, buscou-se apresentar o maior número de informações possíveis.

De acordo com o censo escolar (IBGE, 2018), a população da cidade de Baixo Guandu era atendida por 74 escolas, sendo elas públicas e privadas, que ofereciam serviços ao público da Educação Infantil (que compreende a faixa etária de idade entre quatro meses a três anos) num total de 1.423 alunos matriculados, no Ensino Fundamental, com 3.582 alunos, e Ensino Médio 618 alunos matriculados nas Escola Estaduais, no seguimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) não haviam informações sobre a quantidade de alunos matriculados. O município contava ainda com Ensino Superior ofertado em Educação a Distância (EAD) com cursos em Pedagogia, Serviço Social, entre outros.

Em 2013 foi construído em Baixo Guandu o Plano Municipal de Educação (PME), para tal, contou-se com o apoio da sociedade incluindo professores, diretores e

representantes dos conselhos e comunidade escolar, além dos poderes constituídos e da sociedade civil, o que tornou a elaboração do projeto com propostas que atendessem a necessidade do município e que gerou movimento entre diferentes setores em sua elaboração. Para dar início as discussões do PME, uma mobilização foi realizada através de um Seminário de Sensibilização do Plano e a Conferência Intermunicipal de Educação, que contou com a presença de outros municípios. Um segundo evento foi a Conferência Nacional de Educação (CONAE) visando avaliar a elaboração do Plano de Educação.

A partir das mobilizações com as respectivas elaborações do Plano, constituiu-se uma Comissão Executiva para que este pudesse de fato ser conduzido através de reuniões em que fossem executados os trabalhos, levando posteriormente as etapas para sua efetivação. Diversos encontros foram organizados envolvendo os distritos do município. Após a participação democrática dos envolvidos nas reuniões, que aconteceram ao longo da construção do Plano, organizou-se um seminário no qual foram apresentados os resultados, dando sequência a versão preliminar do PME. Após sua aprovação em primeira instância, o documento final foi apresentado integrando diretrizes, metas e estratégias aos níveis e modalidades de ensino, visando a valorização do profissional, o financiamento e a gestão educacional do município. Diante a aprovação pelo Poder Legislativo do Município e sendo homologado pelo Executivo Municipal, prosseguiu-se para a etapa final, tendo sido publicado em 2015.

4.2 INSTRUMENTO UTILIZADO

Na presente pesquisa, optou-se por utilizar como instrumento de coleta de dados a entrevista. Para Gil (2008) a entrevista possibilita ter um contato com a realidade vivida pelos atores sociais. Sendo assim, a compreensão do que está sendo observado passa a expandir novos conhecimentos a fim de obter melhores contribuições em um determinado projeto.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 195):

A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia Social, da Política, do Serviço Social, do Jornalismo, das Relações Públicas, da Pesquisa de Mercado e outras.

Para a presente pesquisa, foi construída uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) por acreditar que seria a técnica que melhor atenderia as intenções colocadas. O roteiro de entrevista contou com 9 blocos que possibilitaram levantar informações sobre: Perfil, Experiência profissional, Campo de atuação atual, Atuação e alunos PAEE, Formação e Educação Especial, Condições de trabalho docente, Apoio oferecido, Saúde mental e física e Considerações finais.

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Para a operacionalização da coleta de dados, optou-se por realizar a entrevista por meio eletrônico⁸. Para tal, definiu-se que a entrevista seria feita num único momento com todas as participantes, acreditando que deste modo, o processo da coleta de dados seria agilizado objetivando construir uma roda de conversa sobre as diversidades encontradas no cotidiano das professoras entrevistados.

4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

⁸ Para a coleta de dados utilizou-se a plataforma de videoconferência Google Meet. A escolha pela coleta de dados por meio eletrônico foi devido a pandemia do COVID-19.

A entrevista⁹ foi realizada com quatro professoras da Educação Básica, mais precisamente dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para compor o grupo de participantes, os seguintes critérios deveriam ser atendidos:

- Ser professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental e atuar como professor regente em salas que tivessem alunos PAEE matriculados;
- Ser professor da rede municipal de ensino de Baixo Guandu;
- Ter disponibilidade para responder as questões da entrevista;
- Possuir computador ou celular com internet compatível com a utilização da plataforma Google Meet.

Com objetivo de resguardar a identidade das participantes, os nomes das mesmas foram substituídos por nomes fictícios. Para apresentar informações sobre o perfil das participantes, foram utilizadas as questões do primeiro bloco da entrevista. Segue o Quadro 1 com as informações básicas das mesmas:

Quadro 1- Perfil das Entrevistadas

Participante	Idade	Filhos	Vínculo Empregatício / Carga Horária	Formação Acadêmica Inicial	Instituição	Ano de Finalização e Modalidade
Ágata	39 anos	2	Efetiva 25 horas	Normal Superior	UNIPAC ¹⁰	2007 Presencial
Cristal	50 anos	3	Efetiva 50 horas	Pedagogia e Ciências Biológicas	UNICB ¹¹	2000 Presencial
Jade	38 anos	3	Efetiva 25 horas	Pedagogia	UNIUBE ¹²	2007 À distância
Ametista	36 anos	1	Contratada 25 horas	Normal Superior	UNIPAC	2007 Presencial

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao analisar o Quadro 1 foi possível identificar que as professoras entrevistadas possuem uma média de idade de aproximadamente 40 anos. Além dos cursos superiores de cada profissional, foi questionado sobre a formação continuada e as mesmas responderam que fizeram pós-graduação.

⁹ Durante a entrevista as participantes tiveram total liberdade para falar o que fosse do interesse dentro da proposta da pesquisa.

¹⁰ Faculdade Presidente Antonio Carlos.

¹¹ Centro Universitário Castelo Branco.

¹² Universidade de Uberaba.

Acrescenta-se ainda que apenas uma docente possuía carga horária de 50 horas, as demais exerciam um quantitativo de 25 horas semanais

Ademais, com o segundo e o terceiro blocos de questões, foi possível levantar outras informações pertinentes acerca da experiência profissional e campo de atuação no período em que a entrevista foi realizada. Em relação a carreira profissional, todas iniciaram sua jornada na área da Educação atuando em diversas funções tais como: Apoio e Reforço Escolar para menores em situação de risco e abandonados, Secretaria nas Escolas Municipal Assessoria Educacional em Secretaria de Educação Municipal e Orientação de Formação Continuada em Alfabetização e Letramento para Professores e Pedagogos.

Em relação ao tempo de atuação, este variou entre 13 e 29 anos de carreira e todas as participantes atuaram em diversas escolas. Uma das participantes começou sua carreira em escola multisseriada, onde desenvolvia várias funções como, servente, supervisora, diretora e secretaria escolar. No período da coleta, exerciam

a função como professoras regentes de sala de aula do Ensino Fundamental atendendo em média entre 13 a 23 alunos.

4.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor compreensão do fenômeno investigado e auxílio na interpretação dos dados obtidos, inicialmente foi realizada uma busca utilizando a BDTD, baseando-se em investigações já consolidadas e divulgadas por autores em ambiente acadêmico. Entendeu-se também que o referido trabalho foi necessário para adensar a necessidade do presente estudo, bem como para encontrar lacunas que colaborassem nas delimitações fundamentais.

Posteriormente, os potenciais participantes foram convidados a integrar a pesquisa e, para tal, receberam em mãos, pela pesquisadora, a carta de apresentação (APÊNDICE B). Ao sinalizar o interesse em participar do estudo, as participantes receberam, também, o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) em duas cópias, tendo uma versão sido devolvida assinada e a outra ficado com a participante.

Com os TCLEs assinados, as participantes foram consultadas sobre melhor dia e horário para realização da entrevista. Após o ajuste da data e horário, foi gerado um link para reunião utilizando-se a plataforma Google Meet. A entrevista ocorreu no dia 26 de março de 2021 e teve cerca de três horas de duração. As participantes foram informadas que seriam entrevistadas pela pesquisadora e sua orientadora e foi solicitada a autorização para gravação da entrevista. Na oportunidade, foi esclarecido que os dados seriam transcritos na íntegra e seriam utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, preservando a identidade das participantes.

Após a aplicação da entrevista, transcrição da gravação e leitura dos dados obtidos, os mesmos foram analisados qualitativamente possibilitando a organização das informações em quatro eixos temáticos de análise.

A partir do Eixo 1 foram apresentados pontos sobre a participação dos alunos PAEE levantando questões sobre o relacionamento com outras crianças e se havia facilidade em realizar as atividades que eram executadas em sala de aula. Nessa parte as professoras também explicaram como era o trabalho das cuidadoras em sala.

No Eixo 2 indagou-se se haviam participado de cursos oferecidos pela Secretaria de Educação ou utilizando recursos próprios. Nessa parte as docentes explicaram sobre a formação acadêmica exemplificando sobre a busca por meios que as auxiliassem na atuação junto aos alunos PAEE.

Para dissertar sobre as condições de trabalho das docentes, utilizou-se o Eixo 3, bem como para discorrer sobre a atuação da gestão da escola com o intuito de compreender se as participantes poderiam contar com o apoio desta.

Por fim, o Eixo 4, trouxe uma observação sobre a saúde física e mental das docentes entrevistadas, onde se discutiu se havia possibilidades de as professoras adoecerem devido as condições de trabalho oferecidas nas escolas de atuação.

Sendo assim, a divisão tornou-se fundamental para que fosse possível analisar os pontos com cautela a fim de chegar a uma conclusão sobre a realidade das condições de trabalho das professoras regentes de sala de aula.

5 DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente capítulo apresenta os dados possíveis de terem sido coletados. Para melhor compreensão, eles foram divididos em eixos de análise e foram apresentados e discutidos de acordo com as temáticas previamente definidas.

5.1 - EIXO 1 - ATUAÇÃO E ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com os dados coletados, acerca das atribuições das participantes, foram consideradas as funções que exerciam e a rotina diária como regente de sala de aula atuando com alunos PAEE. Uma das falas da professora Ágata “[...] tenho um, ele é autista, eu inclusive não sei, parece que tenho uma coisa com autista, todo ano tenho um autista na sala” trouxe indícios sobre a inclusão escolar do PAEE estar se efetivando de fato, tendo o referido público ocupados os devidos espaços nas escolas comuns. Mas, sabe-se que ainda há muito a ser efetivado. Ademais, a frequência constante do público aqui em questão, possibilita que as docentes se formem na prática e estejam mais conscientes do desenvolvimento/progresso dos alunos.

[...] eu tive um aluno, ele era autista, ele conseguia se socializar com os alunos e os alunos eram muito amorosos com ele. Então assim, ele tinha um carinho com a turma e se envolvia na sala de aula e ali ele ficava na sala com a cuidadora dele, sempre presente trabalhando com jogos e com suas atividades educativas [...] (AMETISTA, p. 8).

Já a fala da professora Ametista chama atenção para o fato da priorização do trabalho com jogos e sendo executados pela cuidadora, demonstrando uma não priorização da atuação docente junto ao aluno PAEE bem como dos conteúdos curriculares.

[...] precisamos conhecer qual a deficiência desse aluno pra saber o que propor, porque [...] depende da vontade do professor, do fazer do professor, do seu dinamismo, porque integrar uma criança com deficiência no meio de outras 19/20 que não tem deficiência, mas que tem suas necessidades específicas, não é fácil, é um desafio muito grande [...] temos que nos preparar para que essa criança seja incluída e a inclusão é um direito assegurado por lei, mas na maioria das vezes, ela continua excluída, porque ela está ali se socializando, ela está ali

brincando, mas o direito de aprender ela ainda continua excluída, continua reclusa, então nosso desafio é nos preparar (CRISTAL, p. 12).

Segundo a professora Ágata:

[...] um dos grandes problemas que nós enfrentamos é a reação da família [...] neste momento eu passo um grande problema em relação à família, porque eu não consigo desenvolver as atividades com meu aluno especial porque a família não aceita, a família entende que ele tem necessidade especial, mas ela não se prontifica a ajudar. Então assim, além de todos os obstáculos de não ter o material, de não ter apoio, muitas vezes também tem a questão do familiar (p. 31).

Ao observar as expressões utilizadas pelas participantes, nota-se que a inclusão de alunos PAEE faz com que as professoras se sintam inseguras, uma vez que há desafios a serem enfrentados, que incluem família, formação continuada para os docentes que atuam em sala de aula e para os cuidadores/estagiários que acompanham as crianças. Diante dos desafios enfrentados, elas se sentem despreparadas para receberem esses alunos. A citação a seguir, ilustra tais afirmações.

Olha os desafios para mim são enormes, as vezes tem situação que a gente não está preparada para lidar, nós não fomos preparados para lidar e nem sei se algum dia alguém vai ser, mas de imediato a gente fica meio que desesperado, até a gente ir entendendo a situação, a família e tendo ajuda de outros profissionais. Então de imediato ficamos desorientados e procuramos ajuda de um lado e de outro, o desafio da Educação Especial é muito grande e vamos tentando lidar, estudando também, procurando alguns meios para lidar com a situação (JADE, p. 10).

De acordo com Ágata, seria mesmo esse um desafio muito grande, de estar preparada para receber essas crianças, pois precisam lidar com as diferenças.

[...] nós não estamos preparados pra receber um aluno especial e talvez não estaremos nunca, porque cada aluno especial tem suas peculiaridades, cada um do seu jeitinho e nós não recebemos nenhuma formação para isso, nós buscamos, como eu busquei, como as colegas buscaram se preparar de alguma forma, que é a forma comercial, a gente paga para ter essa formação, nós não temos nada específico que venha do município, como nós somos escolas municipais, vou falar do município, não temos nada, nem uma preparação pra isso [...] (ÁGATA, p. 11).

Apurou-se a partir dos diálogos entre as participantes que além do sentimento de falta de preparo para receber os alunos PAEE, havia uma carência de material

didático especializado que auxiliasse nas atividades, que propusesse alternativas de trabalho em sala, acarretando somente ao professor em assumir com a responsabilidade no sentido de promover meios para desenvolver atividades que atendessem as necessidades educacionais dos alunos PAEE. Segundo as docentes, seria necessário um processo de mudança nesses quesitos, pois não eram oferecidos pelo poder público materiais didáticos. Segue uma observação feita pela professora Ágata:

O material pedagógico, o livro didático que vem e não tem nenhuma adaptação para o aluno da Educação Especial, as avaliações que fazemos como a Provinha, o PAEBES¹³, Provinha Brasil, nenhuma delas vem com adaptação para crianças com necessidades especiais (ÁGATA, p, 12).

Para enfrentar esses obstáculos as professoras usavam da criatividade em sala de aula com os alunos. Mesmo considerando os alunos que não são PAEE, sabe-se que a realidade das escolas é diversa, incluindo as dificuldades voltadas as questões sociais críticas, além de alunos com transtornos diversos, demandando atenção e, por vezes, também metodologias diferenciadas.

[...] nosso desafio é nos prepararmos e sentirmos seguros, para isso precisamos conhecer qual a deficiência desse aluno, pra saber o que propor, porque depende mesmo da vontade do professor, do fazer do professor, do seu dinamismo, porque integrar uma criança com deficiência no meio de outras 19/20 que não tem deficiência, mas que tem suas necessidades específicas, não e fácil, é um desafio muito grande [...] temos que nos preparar para que essa criança seja incluída e a inclusão é um direito assegurado por lei, mas na maioria das vezes ela continua excluída, porque ela está ali se socializando, ela está ali brincando, mas o direito de aprender ela ainda continua excluída, continua reclusa, então nosso desafio é nos prepararmos (CRISTAL, p. 12).

Na tentativa de contribuir sobre a falta de preparo dos discentes, Ametista sugere a utilização de maior dinâmica para trabalhar com esse público, ter mais informações e estrutura adequada para oferecer bom atendimento. Segundo as docentes entrevistadas, a criatividade tem que ser enorme para prestar atendimento as crianças, driblar a rotina diária para que o tempo desses alunos não se torne ocioso durante sua permanência na sala de aula.

¹³ Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo.

Esse meu aluno gostava muito de oralidade de música e de sons, junto com a cuidadora procurava sempre buscar músicas porque ele ficava mais quieto, interagiu e socializou melhor ouvindo a música. E através da música a cuidadora sempre tirava as palavras com ele na sala de aula (AMETISTA, p. 14).

À minha estratégia primeiro é entender o convívio daquela criança fora da escola, a gente busca informações da família, como que vive. Depois, mediante a isso, a gente vai inventando e reinventando, porque as vezes a criança precisa de um material e muitas vezes não tem esse material na escola. Teve uma vez que eu confeccionei um material com uma caixa de biscoito [...] aquele bem quadrado, porque minha criança precisava de um dado com as peças maiores, porque ela tinha um problema de visão também, e eu não tinha, só tinha aquele bem pequeno e eu confeccionei junto com ele e ele foi me ajudando e, no final, ele até levou para casa pois não desgrudava dele, e vamos reinventando a cada dia (JADE, p. 14).

As escolas contavam com apoio de estagiários que trabalhavam como cuidadores cujas funções eram as mesmas. Segundo as participantes eles não tinham a obrigação de ajudar no pedagógico, suas tarefas junto aos alunos PAEE voltava-se ao auxílio na alimentação, higienização e apoio na locomoção. Na parte pedagógica, as professoras contavam com apoio dos professores de AEE quando a escola dava o suporte desse atendimento, o que muitas vezes se tornava impossível de ser realizado, pois algumas salas estavam desativadas ou o atendimento costumava ser feito em horário de aula, o que prejudicava a interação do aluno com o conteúdo disponibilizado.

A sala de AEE ajuda muito, mas assim mesmo a dinâmica do trabalho com ela não é eficiente quando elas existem nas escolas, a nossa contava com sala de AEE, mas como a Ágata falou, as vezes as crianças estudam em um turno e tem que ir em outro, e a mãe não leva, ou é daquele turno mesmo e tem que sair da sala, então a dinâmica não é eficiente ainda e os materiais específicos nós adquirimos, providenciamos, e nós mesmos produzimos com nossas próprias capacidades junto com os gestores e pedagogos (CRISTAL, p. 19).

Os materiais eram confeccionados pelas docentes na tentativa de atender da melhor forma possível os alunos em sala de aula, uma vez que havia um déficit de material didático que pudesse auxiliar os professores. Nas escolas que possuíam sala de AEE o material que era utilizado para desenvolvimento das dinâmicas com os alunos, muitas vezes as professoras não tinham acesso e então era necessário ter criatividade em desenvolver estratégias, em criar

objetos, materiais, para ofertar atividades para seus alunos. Houveram duas colocações com desabafos a esse respeito:

Os materiais do AEE eu não tenho acesso. Eu já arrumei briga na escola por causa disso, arrumei confusão, porque eu não podia usar o material. Porque tinha uma determinação lá, tinha até uma listinha dos materiais, nada podia sair e eu também não podia entrar (ÁGATA, p. 18).

[...] a gente tem um aluno especial na sala, o material que tem na escola não pode sair da sala de AEE e fica difícil trabalhar de forma correta com a aquela criança e quando a gente não tem material concreto a gente acaba inventando, agora não entendo porque o material não pode sair da sala de AEE (JADE, p. 19).

Sobre as declarações das professoras observa-se que a responsabilidade de desenvolver materiais didáticos e pedagógicos aos alunos PAEE era exclusivamente do professor regente. O mesmo sistema que defende a inclusão se torna falho pela falta de interesse de investir em materiais/equipamentos que auxiliem no trabalho do professor em sala de aula.

5.2 - EIXO 2 - FORMACAO E EDUCACÃO ESPECIAL

Segundo Freire (2001, p. 37) a melhora da qualidade da educação implica a formação permanente dos educadores. E a formação permanente se funda na prática de analisar a prática. O comprometimento entre educador e educando compete desde o planejamento até a prática em sala de aula, com intenção de melhor atender aos alunos proporcionando melhores condições de aprendizado. Para que haja essa interação entre professor e aluno, um dos pontos relevantes é adquirir formação na área da Educação Especial para que a abordagem em sala de aula possa ser satisfatória para ambos.

Sobre esse assunto, as participantes informaram que a formação que obtiveram voltada aos conhecimentos da Educação Especial foi adquirida com recursos próprios e que a Secretaria de Educação não oferecia formação continuada que pudesse auxiliar os docentes em sala de aula.

[...] enquanto pedagoga, tive a oportunidade de participar de uma formação oferecida pela rede, mas na condição de pedagoga, não como professora. Tive formação de iniciativa própria, com meu próprio

recurso, como as meninas disseram, por meio financeiro particular, por meio de pesquisas e muitos livros [...] (CRISTAL, p. 19).

Observa-se que em se tratando de formação continuada ou capacitação de professores para melhor desempenharem suas funções em sala de aula, que fosse oferecida pela Secretaria de Educação da cidade de Baixo Guandu, essa condição não foi oferecida. A professora Cristal teve oportunidade por ser além de docente, também pedagoga lotada na Secretaria de Educação de Baixo Guandu.

A partir do eixo aqui apresentado, efetivou-se uma breve leitura do PME de Baixo Guandu, onde observou-se estratégias elaboradas visando melhores atendimento aos alunos PAEE, garantindo inclusive formação continuada aos professores para o acompanhamento especializado nas escolas urbanas e do campo (PME-BG, 2015) além de:

Incentivar a inclusão de cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais de educação, inclusive em nível de pós-graduação observado o disposto no caput do art.207, da Constituição Federal, dos referenciais teóricos das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino – aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação (PME-BG, 2015, p. 143).

Importante ressaltar que até a finalização da escrita da presente pesquisa, não se cumpriu a estratégia que fora elaborada pelo PME-BG que visa possibilitar meios que favorecem aos profissionais da educação cursos para acompanharem a demanda dos alunos PAEE.

5.3 - EIXO 3 - CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE E APOIO OFERECIDO

A partir deste eixo, serão feitas algumas considerações em relação ao ambiente de trabalho das profissionais entrevistadas e se as condições oferecidas influenciavam em relação à saúde das mesmas. Ainda, discutiu-se junto as professoras se a gestão escolar se manifestava no sentido de apoiá-las com intenção de viabilizar meios que favorecessem desenvolvimento satisfatório no

planejamento das atividades. Considerando que duas participantes atuavam na mesma escola, no decorrer deste tópico haverá mais de uma opinião sobre a mesma escola. A proposta nesse item, ao ouvir sobre o ambiente de trabalho, busca correlacionar se as condições em que se encontram as escolas que as participantes trabalhavam afetavam o trabalho em sala de sala considerado como prioridade os alunos PAEE.

Diante de um cenário adequado de trabalho, o professor tende a desenvolver atividades com mais equilíbrio para os alunos. Um espaço que ofereça maior interação, melhor infraestrutura, segurança para os alunos e para professor, pode fazer com que os profissionais da educação se sintam motivados a procurar novas ferramentas para melhorar o desempenho na sala de aula.

Ametista contou que a escola que trabalhava era arejada, com espaço de lazer pequeno. As salas de aula eram bem amplas, mas a escola em si não possuía boa divisão entre os espaços. Não havia quadra para os alunos participarem de atividades e para aulas de Educação Física, por exemplo. Como as participantes trabalhavam em escolas diferentes, a infraestrutura dos espaços escolares possuía diferenças, pois como em qualquer outra cidade, não se segue um padrão de arquitetura na construção das escolas.

A escola que eu trabalho tem 56 anos, é uma escola muito antiga, mas é bem dividida. As salas de aula são amplas, são bem grandes e ventiladas. Cada sala tem duas janelas enormes e o tamanho da sala eu acho adequado para a quantidade de alunos, entre 20/25 alunos. Tem um pátio enorme, tem árvores, pé de manga, o espaço é bem legal, temos quadra coberta. Porém, isso tudo está caindo aos pedaços, o telhado tem buraco, o teto está caindo, chove em todas as salas. O ventilador da turma do 1º ano caiu durante uma aula ano passado [...] mas é uma escola com estrutura bacana. Ano passado passou por uma pintura, infelizmente precisava de muito mais. Os banheiros são precários, não existe porta no banheiro, as pias estão quebradas. Assim, é uma escola bacana, mas está abandonada (ÁGATA, p. 21).

Comparando as duas escolas mencionadas, podemos observar a diferença das condições que se encontravam os prédios das mesmas. Já a escola onde Cristal e Jade trabalhavam, era uma escola mais recente, com ambiente considerado mais apropriado, com rampa de acesso, banheiro adaptado e as salas de aula eram amplas. A única queixa das participantes, é que as salas de aula deveriam

ser climatizadas, devido ao clima muito quente da cidade, ademais, a quadra que precisava de uma cobertura.

Diante das falas das professoras, o estado de precarização da escola não trazia nenhum adoecimento físico para elas. Porém, relataram que um ambiente que oferecesse climatização, espaço aconchegante, com boas instalações, contribuiria para que os professores tivessem mais conforto.

A educação em si já é bem complicada, se a gente chega ao local de trabalho e tem péssimas condições, acaba que o ego da gente diminui, a vontade de permanecer naquele local diminui. Então uma escola bem estrutura, com condições de trabalho para a gente e condições adequadas para os alunos é de extrema importância sim. Na escola que eu atuo, a gente se sente bem, as crianças são felizes [...] é bem aconchegante (JADE, p. 23).

Aos participantes destacaram, acerca da questão sobre o papel do poder público, a necessidade de ter uma visão mais ampla para melhorar esses atendimentos, como exemplifica a professora Jade:

Nós temos lá na escola, nosso aluno que é cadeirante, que utiliza o banheiro e que é adequado para ele, mas lá na sala não tem uma mesinha própria para ele [...] ele sai da cadeira dele e senta na cadeira comum. As vezes a cadeira é alta e a criança é menor, o encosto onde vai apoiar o material não é adequado para ele, então isso prejudica bastante (JADE, p. 23).

Assim como um ambiente acolhedor e adequado para receber e dar a educação que, de fato, os alunos PAEE necessitam e favorecendo melhores condições de trabalho para o professor, demandavam de outros meios como tecnologias para trabalhar com os alunos, o que consideraram que possibilitaria um aprendizado significativo para os indivíduos. No mais, o material poderia ser disponibilizado para as professoras a fim de avançar no seu planejamento para que executassem atividades diferenciadas para esses alunos, como afirmou a professora Ágata:

Também seria interessante ter a parte tecnológica, é o mínimo [...] a gente tem o mínimo que tem que ter na escola. Se temos uma televisão é doação, o diretor conseguiu alguma coisa, eu mesmo já várias vezes levei a minha televisão para sala de aula. Não tenho um data show que eu posso reproduzir, quando eu quero assim, chamar a atenção de um aluno que não tem interesse no quadro, mas quando eu joga no telão

ele tem interesse. Um tablet para um aluno, um aluno especial que tem dificuldade de comunicar através da escrita [...] A tecnologia, somos dependentes da tecnologia. Na minha escola eu não tenho computador de acesso para o aluno, na verdade, não tem nem para o professor. Como seria maravilhoso se eu tivesse um tablet para trabalhar com esse aluno, principalmente agora que estamos trabalhando tanto online e que a gente está adaptando a essa era tecnológica. Além disso, os materiais que já falamos, que utilizamos recursos reciclados que estão à disposição, se a gente tivesse um material estruturado para trabalhar com aluno. É muito precária nossa realidade, então o que precisamos é de tudo, praticamente de tudo que seja voltado para Educação Especial. (ÁGATA, p. 24).

Salienta-se que a gestão escolar tem um papel muito significativo e presente em apoiar o docente no processo ensino/aprendizagem do aluno, dando o suporte necessário, acatando ideias ou sugerindo meios que melhore aspectos da escola. Alguns dos relatos das professoras trouxeram uma percepção da gestão que apoie o professor e reflita em proporcionar, através de sua autonomia, meios didáticos que auxiliem o mesmo.

Sim! A gestão da escola faz toda diferença no meu trabalho com alunos especiais [...] um diretor chegou a mim e perguntou, disse que tinha dinheiro, e eu poderia gastar. Perguntou o que poderia comprar para ajudar no trabalho com o PAEE. Então minha opinião é que sim, faz toda diferença (ÁGATA, p. 24).

Segundo Ametista, a diretora da escola que atuava, era nova, mas informou que a supervisora estava sempre presente, acompanhando, junto com ela e demais professores e buscando inovações. Portanto, observa-se que o trabalho do professor precisa de um equilíbrio, que conte com parceria entre a gestão escolar colaborando na organização do planejamento e execução das atividades escolares.

5.4 - EIXO 4 - SAÚDE MENTAL E FÍSICA

A profissão professor vai muito além de somente ensinar, como dito pela professora Ágata, “[...] nós que somos seres humanos, nós sofremos com a dor do outro, a gente assume a criança [...] eu penso que é assim com vocês também, não tem jeito, a gente se torna um pouco mãe daquela criança e muito mais que isto” (p. 26). Portanto, ao acatar alguns problemas advindos das

crianças, acaba absorvendo cansaço mental, trazendo consequências para a saúde mental.

Eu tive problemas psicológicos por conta do meu trabalho, enquanto trabalhava numa escola com uma carência muito grande, um bairro muito carente, onde havia muita situação de família de risco e que eu via o sofrimento de muitas crianças, eu acabava me envolvendo com todas elas e, entre elas, havia sim crianças PAEE. Foi muito difícil para mim. Eu trabalhei nessa escola durante 8 anos e a decisão de sair de lá foi por conta da minha saúde mental, por que eu estava muito aflita, já não conseguia trabalhar. Eu já ia para a escola preocupada, eu presencie crianças que tinham sido violentadas, crianças que eram maltratadas, crianças especiais que a família abandonava [...] então deixava por conta da escola questões de alimentação, de carinho, de tudo e isso me influenciou (ÁGATA, p. 26).

Ágata destacou que o problema psicológico que sofreu durante a atuação na escola em que trabalhou, não teve relação com o fato de atuar com criança PAEE em sala de aula.

O problema não é ter a criança especial na minha turma, o problema era a realidade daquela comunidade. Hoje eu também tenho crianças com problemas, é claro, mas consigo lidar melhor e manter minha saúde mental equilibrada, meu psicológico está melhor, apesar que todo professor tem um momento que tem crises, mas não por ter criança especial, não é esse o [...] (ÁGATA, p. 27).

Olha, eu creio que não, doente mental ou problema psicológico não, mas no início do ano passado, enquanto ainda estávamos em sala de aula, com aulas presenciais, não tínhamos histórico de crianças com especificidades severas na escola que impactassem tanta na rotina da escola. Ano passado que a gente recebeu um aluno com autismo severo, sem condições de socialização, que se flagelava em alguns momentos, agredia quem encostava nele e isso sim deixava a gente triste, muito triste, mas aí veio a pandemia e acabou que perdemos contato direto com ele. Em muitos momentos em nossas conversas e em nossas reuniões o nome do aluno vinha a lembrança, o que será que ele está fazendo nesse momento? Ele realmente foi uma criança que nos marcou, nós não tínhamos essa rotina com criança com deficiência severa e nem alunos com paralisia cerebral na escola. É uma questão que vai te afetando e vai sugando seu emocional e, com esse aluno, acredito que estávamos no caminho de movimento impactante com ele, mas veio a pandemia e o atendimento remoto, até esse sentir fica remoto também (CRISTAL, p. 27).

Ao assumir a docência, o professor participa do planejamento e da organização escolar e se entrega a comunidade na qual pertence, trazendo para si os problemas que ali circulam. Isso se dá com a intenção de colaborar para o bom desenvolvimento da criança na sociedade.

O presente eixo mostra a possibilidade de profissionais da educação poderem ter problemas de saúde mental e física devido a diversos fatores colocados ao longo do texto. Ademais, há alunos que possuem graus mais consideráveis e com dificuldade de se relacionarem no meio social. Segundo Ágata, houve uma situação em que foi agredida por um aluno em sala de aula, porém mesmo com agressão, ela não deixou de dar atenção e buscar meios que pudessem atender prosseguir com seu acompanhamento ao aluno.

Já fui agredida, mas não teve necessidade de afastamento, tive alguns roxos que sumiram com tempo, mas não quebrou nada. Esse aluno tinha autismo, ele mordida, arranhava, então assim, ele era muito difícil, era um aluno assim com uma dificuldade tremenda de trabalhar com ele (ÁGATA, p. 29).

Alguns incidentes em sala de aula com alunos PAEE que possuem especificidades significativas requer do professor sabedoria e controle para lidar e contornar a situação, quando for o caso, evitando que o aluno venha a se prejudicar fisicamente ou a si mesmo. As demais participantes não tiveram qualquer relato sobre algum tipo de agressão física por alunos PAEE em sala de aula.

Ao ocorrer problemas como os que aqui foram colocados, podem haver casos que professores necessitem de acompanhamento com profissional especializado, que o auxilie a intervir na situação de stress, ou qualquer outro transtorno que afete sua saúde mental, o que não foi o caso de nenhuma das participantes. Não deixando de evidenciar outros agravos de saúde, como o comprometimento das cordas vocais que foi relatado pela professora Ágata, que contou ainda que a garganta estava ruim e necessitando de um acompanhamento. Tal fato não estava relacionado ao acompanhamento aos alunos PAEE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, conclui-se que diversas são as dificuldades enfrentadas pelos docentes dentro e, até mesmo, fora da escola. A partir das respostas das participantes durante a entrevista, observou-se que a escola possui uma gama de problemas e obstáculos que começam nas famílias e que os docentes buscam auxiliar na resolução ou contornar a situação, na intenção de ajudar os alunos e, dentre eles, os alunos PAEE.

A insuficiência de material didático, o fato de as professoras precisarem improvisar para que o tempo não se torne ocioso quando o aluno PAEE estiver em sala de aula, dentre outros complicadores, foram apontados pelas participantes. Outro dilema, que diz respeito ao sistema educacional, são as provas enviadas para avaliação em larga escala que não possuem diferenciações considerando as especificidades dos alunos PAEE, além dos livros didáticos que as escolas recebem e que não sugerem atividades para o referido público. Entretanto, cabe questionar se essa é uma possibilidade considerando que os livros didáticos são materiais produzidos em larga escala e padronizados. Compreende-se que as adaptações/diferenciações quando necessárias são tarefas dos professores. No caso dos professores do ensino comum que possuem alunos PAEE em suas salas, o ideal é a parceria, quando possível, com professores do AEE para atuarem de maneira colaborativa. O que não impede de que os livros e materiais didáticos tragam sugestões de trabalho considerando a diversidade presente nas escolas.

Outra questão volta-se para formação continuada que não vinha sendo oferecida pela Secretaria de Educação do Município de Baixo Guandu, impactando na atuação das profissionais que sentiam necessidade de metodologias de ensino diversificadas para serem executadas. Sugere-se espaço para rodas de conversa com trocas de experiências, atuação mais próxima de gestores e, talvez, outros profissionais envolvidos na escola, dentre outras possibilidades. Ainda, destaca-se a necessidade de parceria entre os profissionais que atuam na sala e no AEE para compartilhamento de informações e utilização do material

disponibilizado no AEE, quando as escolas oferecem esse atendimento para os alunos.

Diante desses desafios que podem ser contornados com a união de vários setores envolvidos, acredita-se na melhoria das condições de atuação dos professores e garantia de suporte necessário aos alunos PAEE.

Quanto a família dos alunos PAEE, o apoio se torna essencial para evolução no processo ensino/aprendizado. Como colocado pelas participantes, há famílias presentes e participantes em que o apoio oferecido beneficia toda a escola, porém, segundo os relatos e compreensão das participantes, algumas famílias não querem que seus filhos avancem, pois não acreditam no potencial deixando o docente numa difícil.

Percebe-se que todos esses problemas causam, de certa forma, alguns transtornos para os professores em sala de aula, considerando que algumas condições de trabalho precisam ser consideradas e terem a devida atenção, para melhoria da atuação. As devidas mudanças precisam ser implementadas para que os professores consigam desempenhar suas funções com mais qualidade. A reflexão que se faz é que a diversidade na escola se remete ao convívio social entre todos os alunos e demais atores, buscando beneficiar a todos.

A intenção aqui não é criticar o sistema de ensino, a gestão escolar, nem tão pouco o município e sua Secretaria de Educação, ou a falta de preparo dos professores em receber os alunos PAEE. É necessário esclarecer que a intenção foi de analisar a visão dos professores entrevistados sobre suas condições de trabalho em atendimento aos alunos PAEE. A Secretaria de Educação da cidade de Baixo Guandu possui muitos professores com a visão ampla sobre sua realidade na rotina escolar o que pode ser relativo porque há outros profissionais que não foram ouvidos que podem ter uma percepção diferenciada para melhor ou pior em que serviria também como base para reflexão na pesquisa. Mas diante das participantes podemos refletir sobre como estão suas condições de trabalho e como algumas mudanças possam favorecer seu trabalho, tornando o atendimento mais significativo para os alunos PAEE.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em 14 de jan. 2021

BORGES, Tamires Coimbra Bastos. **Deficiência visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no Ensino Médio**. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São, Luís, 2016. Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1236>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 dez. 2019.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 12 abril 2020.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre a Lei Brasileira da Educação Especial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021

_____. **Lei Nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

CAPELINI, Vera; TEZANI, Thaís. Formação de Professores: colaboração entre gestão educacional e universidades para a formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva. **Revista da Educação Especial**, Brasília, 2011, v. 6. ed. 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12663-revista-inclusao-n9-ed-especial-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CRUZ, Rosangela Aparecida Silva da. **Ensino médio no estado de São Paulo: desafios na escolarização de alunos com deficiência**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3079?show>>. Acesso em: 15 set. 2019.

FREITAS, Claudia. Regina.; CRUZ, Roberto Moraes. Saúde e Trabalho Docente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos ..., Rio de Janeiro: 2008. Disponível em:

<file:///C:/Users/Admin/OneDrive/Documentos/SAUDE%20DOCENTE,DOEN%C3%87AS%20E%20CARGA%20DE%20TRABALHO.pdf>. Acesso em: 13 jan 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. Disponível em: <<https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

_____. **Ensinar exige a corporeificação das palavras pelo exemplo**. In: Pedagogia da autonomia: não há docência sem discência. 31. ed. Paz e Terra, 1995. Disponível em <<https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

_____. Carta de Paulo Freire aos professores: Ensinar, aprender: leitura do mundo , leitura da palavra. 01. ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1993. 84 p. v. 01. ISBN 85-85428-07-04. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/OneDrive/Documentos/REVIS%C3%83O%20DE%20LITERATURA/revisao%20de%20literatura/16.-Professora-Sim-Tia-N%C3%A3o%20paulo%20freire.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 76 p. ISBN 85-219-0243-3. Disponível em: <<https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. **Professora Sim Tia Não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Loyola, 1997. 84 p. v. 01. Disponível em: <<https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Disponível em: <<https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

_____. Política e Educação: educação e participação comunitária. 5°. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. v. 23, ISBN 85-249-0506-9. Disponível em: <<https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO ESPECIAL. In: SOUSA, THIAGO FAGNER; BRUNETTI CANI , JOSIANE. **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO ESPECIAL**. 1. ed. BAIXO GUANDU: INOVA, 2015. v. 1, cap. IV, p. 141-1144. ISBN 978-845-69160-01-4.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

HONNEF, Cláucia. **Trabalho docente e articulado: relação entre a Educação Especial e Ensino Médio Tecnológico**. 2013. 149 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_5efb95b1988945e415268535ee4ec710>. Acesso em: 23 fev. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. (2018). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em 25 de jan. 2021

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Rosângela. Inclusão. **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 52, jan./jun., 2011. ISSN 1808-8899. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12663-revista-inclusao-n9-ed-especial-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 fev. 2021.

MEIRA, Sonia Regina. **Implicações do stress de professores e alunos no processo de alfabetização**. O stress do professor. 5º ed. São Paulo: Papirus. 2009 p. 29-39.

MENDES, Maria Luiza Maciel. A precarização do trabalho docente e seus efeitos na saúde dos professores da rede municipal de ensino do Recife. **Human@e: Questões controversas do mundo contemporâneo**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2015. Disponível em: <<http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/202>>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PADILHA, Adriana Cunha. **O Trabalho de Professores de Educação Especial: análise sobre a profissão docente no Estado de São Paulo**. 2012. 207 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_4b39f9e86bb96a6cb1d58f55f94170fd>. Acesso em: 17 set. 2020.

SANT'ANA, Fagner Rodrigues dos Santos. **Saúde do professor e condições de trabalho: uma investigação nas escolas estaduais do município de Cruz das Almas, BA**. 2017. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2017. Disponível em:

<<http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/1162/1/TCC%20Fagner%20Rodrigues%20dos%20Santos%20Sant%27ana.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SILVA, Nilson Rogerio da. **Condições de trabalho e saúde de professores de alunos com ou sem necessidades educacionais especiais**. 2009. 132 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2856/2533.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 set. 2019.

SCHREIBER, Dayana Valéria Foster Antônio. **Política educacional, trabalho docente e alunos da modalidade educação especial: um estudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado) –

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1236>>. Acesso em: 10 set. 2019.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais : acesso e qualidade. Salamanca ,Espanha,1994.

TSYGANOK, Madalena Maria Barbosa. **Narrativas de Professoras Envolvidas com a Educação Especial: uma compreensão das experiências sentidas e aprendizagens vividas**. 2015. 180 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/156>>. Acesso em: 13 set. 2020.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICE A - ENTREVISTA PARA PROFESSORES

1) Perfil

- Data de nascimento?
- Tem filhos? Se sim, descreva-os.
- Regime de contratação? (contratado ou efetivo)
- Qual sua formação acadêmica inicial e seu maior nível de escolaridade?
- Em qual instituição você cursou sua licenciatura?
- Quando finalizou sua licenciatura? O curso foi presencial ou a distância?
- Qual sua carga horária de trabalho semanal? (na unidade em que a presente pesquisa está investigando e no total)

2) Experiência profissional

- Quantos anos você tem de profissão docente?
- Na área educacional, você já exerceu outras funções além da docência?
- Em seu percurso profissional passou por diferentes escolas?

3) Campo de atuação atual

- Você leciona somente nos anos iniciais do Ensino Fundamental ou leciona também em outros níveis de ensino?
- Quantos alunos estão matriculados em sua sala de aula?

4) Atuação e alunos PAEE

- Qual é sua experiência de atuação com alunos PAEE?
- Quantos alunos PAEE estão matriculados na sua sala atualmente?
- Quais são as especificidades desses alunos?
- Você considera que há desafios no desenvolvimento do trabalho com alunos PAEE? Se sim, quais são os desafios?
- Quais são as estratégias que você utiliza para tentar amenizar os desafios vivenciados?
- Há estagiários ou outros profissionais que prestam apoio por ter alunos PAEE em sua sala?
- Por ter alunos do PAEE matriculados em sua turma, você considera que há alterações em sua rotina?
- Quais os instrumentos didáticos que a escola oferece ou que seja mais utilizados para desenvolver atividades com os alunos PAEE dentro da sala de aula? Há outros que você gostaria de ter?

5) Formação e Educação Especial

- Como que você adquiriu conhecimentos para atuar com alunos PAEE?
- Você recebeu/recebe formação para atuar com os referidos alunos? Se sim, nos conte se realizou cursos e a carga horária dos mesmos.

6) Condições de trabalho docente

- Em relação ao ambiente escolar, como retrata seu local de trabalho, em questão de espaço? E a escola como um todo?
- Em sua opinião, o ambiente que atua (infraestrutura, ventilação, espaço, etc...) contribui para o adoecimento físico do profissional da educação?

- Para você, qual a importância em estar locado num ambiente que ofereça boas instalações?
- O que você define como boas condições de trabalho (considerando a estrutura física e as demais questões que envolvem a escola) para o professor regente de sala de aula, considerando os alunos PAEE matriculados?

7) Apoio oferecido

- E quanto ao trabalho desenvolvido pela gestão da escola, você considera que este causa impacto no desenvolvimento do seu trabalho considerando os alunos PAEE? Em suas outras experiências, você consegue identificar diferenças em relação ao trabalho realizado pela gestão e que impactou positivamente em sua sala de aula?

8) Saúde mental e física

- Quanto a saúde mental, como você se avalia profissionalmente em relação a esse quesito ao se deparar com alguns dilemas que não contribuem para um bom desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula (especificar se com alunos PAEE e/ou não)?
- Você já teve afastamento(s) do trabalho relacionados à problemas em sua saúde física ou mental?
- Necessitou de algum tipo de acompanhamento especializado devido à problemas advindos de sua atuação profissional?
- Realiza ou já realizou atividades físicas?

9) Considerações finais

- Você tem sugestões que consideram que poderiam melhorar suas condições de trabalho?
- Há algum assunto que não foi abordado que você deseja dialogar sobre?
- Deseja acrescentar algo?

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008
Campus Itapina
Rodovia BR – 259, Km 70 – Zona Rural – Caixa Postal – 256 – 29709-
910 – Colatina – ES
(27) 3723–1202

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Colatina-ES, ____ de _____ de 2021.

Prezado(a) Sr(a).

Apresentamos o Projeto de Pesquisa intitulado “*Condições de trabalho do professor do ensino comum considerando os alunos público-alvo da Educação Especial*”, sob orientação da Professora Dra. Josiane Beltrame Milanesi, vinculada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus Itapina.

O presente projeto tem como objetivo **investigar e refletir sobre as condições de trabalho do professor nas escolas, em relação ao trabalho desenvolvido junto aos alunos PAEE** no município de Baixo Guandu, localizado no estado do Espírito Santo. Para que o mesmo seja realizado, faremos uso da pesquisa qualitativa com aplicação de entrevista semiestruturada em grupo, análise de documentos, resguardando a forma a ética e o sigilo dos participantes.

A importância e a necessidade dessa pesquisa está em identificar fatores que correspondem risco de saúde mental ou risco de saúde física ao docente, o que pode contribuir para que seu trabalho tenha prejuízo e se esta situação pode afetar o desenvolvimento do ensino/aprendizado dos alunos PAEE. Nesse contexto, pedimos permissão para a realização da pesquisa.

SHEILA MOREIRA DA ROCHA MAGGIONE
Licencianda / pesquisadora responsável

JOSIANE BELTRAME MILANESI

Profa. Dra. Em Educação Especial / orientadora

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008
Campus Itapina
Rodovia BR – 259, Km 70 – Zona Rural – Caixa Postal – 256 – 29709-
910 – Colatina – ES
(27) 3723–1202

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS SOBRE A PESQUISA:

Título da pesquisa: “Condições de trabalho do professor do ensino comum considerando os alunos público-alvo da Educação Especial”

Curso: Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - campus Itapina.

Aluna responsável pela pesquisa: Sheila Moreira da Rocha Maggione

Orientadora: Profa. Dra. Josiane Beltrame Milanese.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA

Esta pesquisa tem por investigar e refletir sobre as condições de trabalho do professor nas escolas, em relação ao trabalho desenvolvido junto aos alunos PAEE no município de Baixo Guandu - ES.

Para a obtenção de dados, será utilizado um roteiro de perguntas com o intuito de conduzir a entrevista semiestruturada. Os participantes da investigação serão professores da Educação Básica, mais precisamente das séries iniciais do Ensino Fundamental de instituições escolares. Os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, e nenhum participante terá seus dados e opiniões divulgados sem a permissão do responsável. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo uma arquivada pela pesquisadora e outra fornecida ao responsável. **Confirmando ter sido informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo. A assinatura abaixo indica que concordo que esta pesquisa seja realizada e por isso dou meu livre consentimento.**

Colatina, ____ de _____ de 2021.